

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,  
Ex.mo Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo

A discussão e aprovação do Plano e Orçamento é sempre um momento que, regimental e substantivamente, se reveste de grande importância, a que se associa alguma solenidade.

Efectivamente, é a indispensabilidade histórica dos representantes do Povo aprovarem a grande distribuição e consequente gasto dos dinheiros públicos que está em causa. É a supremacia do Parlamento e o exercício nobre da Democracia Representativa. Têm também por isso mesmo os Parlamentos por praxe imemorial, e o nosso - por força da Constituição e do Estatuto - o poder de alterar a proposta do Governo ou, pelo menos, seriamente tentar tal desiderato, num exercício nobre da política como gestão da Cidade.

São estas as regras da Democracia, nenhuma dúvida existindo sobre tão importante matéria. Quer isto dizer que, com espantação genuína, verificámos que um partido da oposição, por sinal ainda o maior, dos costumes fez o contrário, anunciando à Comunicação Social, fora e antes deste rito parlamentar que, a “festa” (para eles) estava feita, o voto era contra, apesar da prometida desobriga dumas propostas de alteração, cujo empenho autoral liminarmente logo dispensou a sorte do voto democrático, pois que o voto (deles) seria sempre contra.

Sem tempo para a política, e para o real exercício do mandato parlamentar, essa facção do nosso espectro partidário auto-absteve-se de exercer autêntica e verdadeiramente o mandato popular que tem, demonstrando bem o enfado que é uma reunião plenária do Parlamento onde, certamente por arrogância da maioria, ainda se não permite o voto por

correspondência, de preferência antecipado! Tal como o polícia da aldeia, o PSD tem a tentação de se fazer representar, enviando apenas o distintivo da “Autoridade”!

Senhores Deputados do PSD: a Democracia é Representativa...mas não tanto!

Felizmente que o “canteiro democrático” deu flores oposicionistas de outros matizes e perfume mais esforçado. Porque seria demasiado triste, e sobretudo injusto, que o Partido Socialista ficasse só na ágora democrática, a cumprir gostosamente o seu dever. Porque a Democracia exige pluralidade – façam V.Exas o favor de cumprir o seu elementar dever e sejam dignos daqueles persistentes que em vós ainda confiaram!

E não chega falar, sem senso nem tarelo, em rajada de franco-atirador; não basta culpar os outros de que o seu pequeno céu não tem ar, correndo o risco de acabar blasfemando que o nosso mar não tem cura – e sobretudo não pode valer projectar as suas memórias político-institucionais numa pretensa descrição do governo dos outros – numa impiedosa e vagamente pornográfica auto-crítica em diferido.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,  
Ex.mo Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Bem sabemos que completámos recentemente onze anos de exercício de governo democrático nos Açores.

Fizemos um longo caminho de oposição. Partido uterino da Democracia e da Autonomia, o PS-Açores manteve convicções, rumo e razão, tantas vezes antes do tempo. Com convicção, firmeza, saudável teimosia, muito energia e muito oxigénio – insistimos, resistimos e persistimos. Os açorianos acompanharam e premiaram esse percurso.

Assistimos, longa e duramente, a uma via original de sovietismo de sacristia, a um tribalismo maniqueísta entre os “nossos” e os “deles”; a um estatismo paralisante, por causa da moral, a uma hipocrisia mansa, beata e cobarde de “lixa-o que é vermelho, Deus me perdoe”.

Milhares de açorianos, socialistas e não socialistas, foram sujeitos-vítimas desse “banho-maria” institucional e institucionalizado. Ficámos desinfectados. Mas, tal como os açorianos, não esquecemos. E só houve – só há – uma forma digna e democrática de homenagear e fazer a justiça possível, embora tardia, a esses nossos concidadãos discriminados pela incipiente e defeituosa perspectiva democrática de então: é não fazer o mesmo, ainda que ao contrário!

E porque a nossa vacina democrática está dentro do prazo de validade, é um consolo abrir todos os dias a imprensa destas ilhas e ver críticas ao Governo, as que ele merece, e aquelas outras que só se justificam por um espancamento bruto da verdade e dos factos.

É um consolo ver, ao longo destes onze anos, a convocação progressiva de cidadãos independentes, e de outros não socialistas, a cargos de gestão da coisa pública, e mesmo da mais alta responsabilidade política, incluindo até ex-titulares de órgãos de Governo próprio, que reconhecendo, como homens e mulheres livres que são, a solidez do nosso projecto e priorizando os Açores, connosco têm colaborado, de forma empenhada e competente; é ainda um consolo democrático, embora retrospectivo, ouvir hoje o líder do maior partido da oposição, ex- Secretário Regional da Administração Interna, apelidar os dirigentes da Administração Regional de caciques da tenebrosa “máquina rosa”. Até ficámos a saber que eram mais de quinhentos, nas contas generosas do ex-governante. É obra! Esta divertida personalidade esteve quatro anos na Administração Pública e saiu convencido que tinha sido Secretário da Administração Interna –

percebemos agora, “mutatis mutandis”, o seu entendimento acerca do estatuto dos dirigentes da Administração Pública!

Mas, Senhoras e Senhores Deputados, honra maior e verdadeira é a postura democrática e aberta que adoptámos no exercício do Poder, na sua partilha e na sua co-gestão com milhares de actores sociais. Esta é a homenagem que diariamente prestamos aos que foram vítimas dum exercício democrático defeituoso, monolítico e enviesado.

Percebemos, no entanto – percebemos mesmo muito bem! – a tardia, dolorosa, difícil e traumática acomodação ao nobre papel de oposição desta geração social-democrata, que há onze anos se aconchegava nas fraldas do Poder, e que se auto-convenceu que, à semelhança do leite materno, a gestão da coisa pública era deles, por herança natural. Mas isso... Democracia não seria certamente, e o povo soberano não decidiu assim!

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,  
Ex.mo Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Este é em termos de investimentos, o maior Plano e Orçamento de sempre. Já se sabe – dirá a oposição mais negativista. Mas se assim é de há onze anos a esta parte, com taxas de execução sempre superiores a 90%, então há que concluir que esse investimento é sustentado, tem substrato real e é um claro indicador de boa gestão das nossas contas públicas, e melhor negociação política da solidariedade a que temos direito e de investimentos acertados e assertivos, cujo efeito reprodutivo se sente já na nossa economia.

Já se sabe!...

Mas revisitemos então, de forma necessariamente breve, as grandes linhas-força dos documentos em debate:

Com um montante de 1424 milhões de euros, a proposta de orçamento que acabamos de debater corresponde a uma disponibilização líquida de recursos financeiros de 1.016 milhões de euros, mais 11,7% que o orçamentado para este ano.

As receitas próprias esperadas aumentam 9,2% em relação ao período homólogo imediatamente anterior, e constituem 54% do total de receitas.

A previsão credível e séria de aumento percentual das receitas fiscais (que são felizmente a maior componente das receitas próprias) é de 10,9%, com acréscimos previstos de 36,8% no IRC e de 12% no IRS, sempre em relação comparativa com o orçamento para o corrente ano.

Só isto diz tudo acerca da viabilidade da nossa economia. Por sua vez, a aplicação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, publicada, promulgada e em vigor, ao invés de ser o Alcácer-Quibir gritado pelo PSD, representará um acréscimo de 7,1 milhões de euros da solidariedade nacional neste capítulo.

Também as transferências da União Europeia contribuem para a receita, já no âmbito do actual Quadro, com mais 10,1% do que no período homólogo que vimos usando como referencial (documentos previsionais aprovados para o corrente ano) – o que, sendo significativo, é apenas um décimo da nossa receita, e configurando, cada vez mais a opção europeia como isso mesmo, e não o Rendimento Mínimo e indispensável duma Região Europeia Ultra-Periférica.

Por outro lado, as despesas de funcionamento, deduzida a dotação previsional e as transferências para o SRS, crescem irrisoriamente 0,6%, registando-se aliás descidas

significativas em rubricas como aquisição de bens e serviços correntes, aquisição de bens de capital e transferências correntes para fundos e serviços autónomos.

Mas há sobretudo que assinalar que as despesas correntes são em termos absolutos, inferiores às receitas correntes em 114,8 milhões de euros, e reduzem, comparativa, relativa e percentualmente o seu peso no total da Despesa em 3,6 %, passando de 46% para 42,4%.

O mesmo é dizer que o peso percentual do investimento, deduzidas as contas de ordem, representa 44% do total da Despesa Pública, com um acréscimo relativamente ao período homólogo imediatamente anterior de 16,4%.

Registe-se que a dívida pública regional se mantém estável, tendo mesmo registado, no corrente ano, uma ligeira redução, e representando menos de 9% do nosso PIB – bem longe, aliás e felizmente, dos tempos duma olvidada e pretensa “mestrina” das finanças, quando a dívida malvada e descontrolada atingia os 38% do nosso PIB.

Em termos de avales – sim, dos avales, esse psicanalítico objecto de prazer dos magos das finanças que alguma oposição tem... - está já em marcha o processo da sua diminuição líquida, diminuindo também a sua previsão orçamental para o próximo ano em mais de 15 milhões de euros – o que denota inequivocamente a consolidação e sustentabilidade do nosso sector público empresarial.

Tudo isto quer dizer que vamos aumentar o montante de investimento público, vamos reduzir o peso da despesa corrente e de funcionamento, no PIB e na estrutura da Despesa Pública – e vamos aumentar as receitas da Região. Vamos manter um nível de endividamento irrisório, inferior a 9% do nosso PIB; vamos reduzir o montante de avales autorizados e efectivamente concedidos – com tudo isto consolidando a saúde das nossas finanças públicas, a sua sustentabilidade e o nosso futuro colectivo.

Contra estes resultados, ninguém, com postura construtiva, amor aos Açores ou no mínimo esperteza táctica - pode estar. Mas há quem esteja, num concurso, insólito e inusitado, entre o crescimento da asneira e a insustentabilidade duma postura política.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,  
Ex.mo Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Finalizamos pois a discussão, e votaremos de seguida, os últimos orçamento e plano anuais desta Legislatura. Impõe-se pois, gostosamente para esta maioria, fazer o balanço, ainda que provisório, e prestar já as contas possíveis, do contrato que celebrámos com os açorianos, institucionalmente ratificado por esta Assembleia com a aprovação do correlativo Programa do IX Governo dos Açores, em Dezembro de 2004. Com o fito único de aquilatar da nossa coerência, contratual e discursiva, relembra-se o que então dissemos, de forma necessariamente abreviada:

\* O crescimento económico e o desenvolvimento não só são possíveis, como são prioridades, a serem prosseguidas sem desfalecimentos e pelo menos em pé de igualdade com os aspectos público-institucionais;

\* A coesão intra-regional deve ser respeitada, desde logo, ao nível da revisão do sistema eleitoral, mantendo uma adequada e digna representação neste Parlamento de toda e cada uma das ilhas;

\* Neste concernente, há que continuar com um conjunto de medidas económicas, incentivos e discriminação positivas;

\* O princípio da coesão impõe também que procedamos, em momento oportuno e adequado, à revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e terá de ser rapidamente feito o acerto das receitas próprias que nos são devidas;

\* A coesão ainda deve nortear o novo período de programação de fundos 2007/2013, sendo de destacar o objectivo da Região de garantir, pelo menos, a transferência do montante equivalente ao consagrado no III QCA;

\* O aprofundamento, quantitativo e qualitativo da Rede de Apoio Social, do combate à exclusão, em todas as suas formas, designadamente a velha pobreza, no seu carácter e sequelas multi-dimensionais; no apoio à infância e jovens em risco, idosos, cidadãos portadores de deficiência e mulheres vítimas de violência – aperfeiçoando sempre a nossa participada e descentralizada rede social de apoio, de que nos orgulhamos;

\* A formação regular e profissional, a formação ao longo da vida, a qualificação e requalificação, para o mercado de trabalho e para a cidadania, dos açorianos, num combate sem tréguas pela qualidade, a par do fornecimento e qualificação de competências tecnológicas, designadamente ao nível da informática;

\* A aposta na educação e na escola pública, nos seus múltiplos aspectos infra-estruturais e humanos, ao serviço da qualificação e requalificação dos cidadãos, para a vida activa, mercado profissional e cidadania, não descurando a qualificação profissional docente;

\* A continuidade de uma boa gestão orçamental, e sustentada aposta no crescimento económico, com especial ênfase no sector primário, reforçando igualmente a aposta no turismo e nas acessibilidades; e dizia-se, ao nível do transporte aéreo, brevemente teremos cinco portas de entrada na Região.

Senhoras e Senhores Deputados, é verdade! A maioria e o Governo disseram mesmo isto em 2004, na ágora açoriana primeiro; neste Parlamento, depois e no momento



institucional adequado! Os sinaleiros da Autonomia que confirmem nos jornais, nos cd's probatórios e nos Diários desta Assembleia!

É pois inevitável que estejamos satisfeitos com o larguíssimo grau de cumprimento do contrato celebrado com os açorianos. É justa e merecida a satisfação pelo dever cumprido. E só ela, aliás, legitima o atrevimento democrático de querermos fazer o que falta, o que sempre falta, porque plenamente atingido um patamar de desenvolvimento e bem-estar, almejamos, com os açorianos e só por causa deles, lograr mais e melhor, porque todos merecemos o que há para conquistar ainda.

Aquilo que temos sido capazes de alcançar é muito razoável penhor de que vamos continuar a conseguir fazer mais e melhor!

Porque,

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,  
Ex.mo Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Soubemos ser oposição – coisa difícil, como hoje facilmente se constata.

Conquistámos a responsabilidade governativa dos Açores, com a cumplicidade activa e soberana dos açorianos.

Com humildade, sobriedade e dignidade aceitámos gostosamente a responsabilidade de governo de que os açorianos nos incumbiram; ao contrário do que temiam as mais excêntricas aves canoras do Antigo Regime, não surripiámos as pratas dos Palácios; não fizemos “glu-glu” ao comer a sopa nos jantares institucionais; não conspurcámos a alcatifa dos Gabinetes, mas também não nos acomodámos nem adormecemos no macio

dela – soubemos e sabemos estar e queremos estar onde os açorianos nos quiserem – mas temos ainda e sempre a certeza que “é nas pedras da calçada que a canção nos sai melhor”.

Na mesa dos banquetes, ou na mesa das funções do Espírito Santo; próximo da corda das touradas, ou no equilíbrio da corda-bamba das negociações difíceis; em Bruxelas, em Lisboa ou em Vila do Corvo – estamos sempre, em toda a parte, com senso e compostura, pelos Açores e em nome da dignidade e dos direitos dos açorianos!

Também aqui honrados estamos, no Parlamento dos Açores. Cumprindo a Democracia genuína e plural. Na composição da Mesa. Na repartição proporcional das Presidências das Comissões. Na composição plural das nossas delegações, em regra violando docemente a proporcionalidade em favor das minorias parlamentares, seja em Lisboa, em Estrasburgo ou nos territórios insulares irmãos da Macaronésia ou de expressão portuguesa.

Também aqui temos feito obra, alçapremando-nos a novos e arrojados patamares ao nível do aprofundamento institucional da Autonomia. Sem grama de betão. Mas com saudável e justo arrojo.

Assim foi na Revisão cirúrgica mas significativa da nossa Lei Eleitoral, tal como já nos havíamos comprometido em 2004; assim foi e será com a Reforma Estatutária, profunda e estrutural, que acabámos de entregar em Lisboa – que, é certo, é mérito e património comum de todos os partidos aqui representados, a partilhar com todos os outros, cidadãos e instituições, de boa-vontade e alma açoriana. Permitam-nos, porém, o justo orgulho pela nossa almejada, sincera e conseqüente quota-parte, onde cumprimos, gostosamente, o papel discreto e a correspondente responsabilidade, que as Democracias sempre reclamam das maiorias.

Continuaremos unidos, todos, cúmplices e empenhados em fazer o que falta fazer para a plena vigência desta Reforma Estatutária Açoriana. Empenhados e comprometidos todos, grupos parlamentares e partidos açorianos, desafiando e incomodando, nos sentidos mais positivos e democráticos destes conceitos, os nossos camaradas e companheiros da República; desafiando-os a uma liturgia da confirmação parlamentar da revisão constitucional de 2004; convidando-os a evitar o incómodo duma nova revisão constitucional em 2009, sobre matéria autonómica; apelando, em suma, à sua consabida sageza política no sentido de evitar o incómodo de pretensão, razoável e justa, sem o capote burguês de Lei promulgada se transmutam em bandeira desfraldada e insatisfeita, menos burguesa, menos comportada, e sobretudo menos conformada – tudo isto “maçadas”, tão fáceis de evitar...Assim seja, como será com certeza.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia,  
Ex.mo Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Temos orgulho na perfeição técnica e na ambição política e sustentada dos documentos previsionais ora em discussão. Num diálogo permanente e quotidiano com o Governo, acompanhámos a sua génese e as suas concretizações, aliás dum ideário e contrato comuns.

Mas não somos ciumentos e privilegiamos sempre a vertente social do conceito de propriedade, mesmo intelectual e política. É também nosso o desafio, aberto e construtivo, que o Senhor Presidente do Governo lançou aos Partidos da oposição, para que, através de propostas razoáveis e viáveis, nos ajudassem a ainda melhor aperfeiçoar os documentos ora em análise. Somos muitos, por mérito próprio e conseqüente reconhecimento do povo soberano. Mas ainda nos orgulhamos e alegramos por, em questões concretas, em contratualização aberta e transparente termos, a um tempo, a humildade e a correlativa capacidade atractiva de outros mais, na concretização de

propostas bem identificadas, a nós se juntarem, sem perda de autonomia ou identidade, mas também sem medo de contágio, que é aliás luxo a que só se podem dar aqueles que não sofrem de crises de identidade.

A tais comportamentos, construtivos e úteis sob o ponto de vista propositivo, e transparentes e leais, no que ao procedimento e formalismo democráticos diz respeito – só podemos responder positivamente. Com a humildade de quem confiando na bondade do que propõe, aceita e reconhece que os aperfeiçoamentos ao que é bom, para além de sempre possíveis, devem ser incessantemente perseguidos. Com a fundada convicção de que a legitimidade das maiorias, por mais amplas que sejam, corresponde sempre a uma parte, cujo alargamento, ainda que pontual, parcial ou pactuado, é sinónimo de mais consenso, de mais Democracia e de maior paz social.

Senhoras e Senhores Deputados:

Resulta claro que, no balanço desta jornada, alguém ficou sozinho. Nos dias de hoje, e face à oferta democrática posta em cima da mesa, só veste a pele de Robinson Crusóe quem quer. Assumindo todas as correlativas consequências. Mas para esses, creio bem, “Sexta-Feira” não chegará já amanhã.

Disse

Horta, Sala das Sessões, 29 de Novembro de 2007

O Presidente do GPPS

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral